

Comissão de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação

QUADRO SÍNTESE DE AUDIÊNCIA

ENTIDADE	DEPUTADOS PRESENTES	DATA DA AUDIÊNCIA
<p>ANTRAL - Associação Nacional dos Transportadores Rodoviários em Automóveis Ligeiros</p> <ul style="list-style-type: none"> • José Domingos - Vogal • Filipa Silva - Vogal • Abel Marques – Secretário-geral 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Bruno Dias (PCP) ➤ Filipe Melo (CH) ➤ José Carlos Barbosa (PS) ➤ Patrícia Dantas (PSD) ➤ Pedro Coimbra (PS) 	<p>10 de maio de 2023</p> <p>Gravação</p>
Exposição de motivos	Questões colocadas pelos Deputados	
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Os representantes da ANTRAL mencionaram que solicitaram a audiência para analisar a Proposta de Lei n.º 63/XV/1ª (GOV) - Autoriza o Governo a aprovar um novo regime jurídico do serviço público de transporte de passageiros em táxi. Lembrou, a este propósito, que houve um grupo de trabalho do Governo que terminou recentemente os seus trabalhos e que tinha por objetivo analisar a modernização do setor do táxi. ➤ No entanto, há algumas questões presentes na iniciativa legislativa em análise que preocupam a ANTRAL e que gostariam de analisar com os Deputados da 6.ª Comissão porque não se sabe exatamente qual vai ser percurso legislativo dessa iniciativa legislativa. ➤ Salientaram que atualmente o setor do táxi tem uma concorrência feroz. No documento em análise os motoristas de táxis estão a ser 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Deputada Patrícia Dantas (PSD): Transmitiu que, em fevereiro de 2023, a proposta de lei em apreço deu entrada na Assembleia da República, que ainda não tem parecer e está previsto o seu agendamento para discussão na generalidade em Plenário a 26 de maio. ➤ O Grupo Parlamentar do PSD tem conhecimento que está a ser desenvolvida pelo Governo a nova legislação das plataformas, dos TVDE's ➤ Reconhece o setor do transporte de passageiros evoluiu muito significativamente nos últimos tempos, fruto de diversas circunstâncias internas, externas, tecnológicas e a alteração dos modos de consumo dos próprios consumidores, mas a verdade é que a prestação de serviços, as deslocações têm enquadramentos legislativos distintos. ➤ Disse que a iniciativa só vai no dia 26 de maio a Plenário e daí ser muito importante os Deputados que fazem parte da 6.ª Comissão registar as preocupações da ANTRAL. ➤ Deputado José Carlos Barbosa (PS): Perguntou quais são os principais problemas e que 	

Comissão de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação

<p>incluídos com outros <i>players</i> que fazem basicamente o mesmo tipo de trabalho que eles. Nesse sentido, consideram que a legislação os confunde um pouco com esses <i>players</i>, o Transporte Individual e Remunerado de Passageiros em Veículos Descaracterizados a partir de Plataforma Eletrónica (TVDE).</p> <ul style="list-style-type: none">➤ Mencionaram que pediram ao IMT o número total de viaturas TVDE's em Portugal, mas não obtiveram resposta.➤ A ANTRAL é apologista que o setor do táxi tem de se modernizar e quer fazer parte, como já faz, do serviço de transportes público, mas não quer ser confundido com outro tipo de transporte.	<p>soluções é que a ANTRAL preconiza para melhorar o serviço dos táxis, para o negócio dos táxis também conseguir competir com a Uber.</p> <ul style="list-style-type: none">➤ Disse que é muito importante que o serviço de táxi continue a funcionar em Portugal. Se os táxis desaparecerem, o preço da Uber vai aumentar e deixa de haver concorrência e os preços terão tendência a aumentar.➤ Deputado Filipe Melo (CH): Mencionou que o Grupo Parlamentar do Chega sempre foi muito crítico das plataformas TVDE e da forma como estão a ser utilizadas, mas não é contra o serviço TVDE até porque considera que a concorrência é saudável.➤ Transmitiu que o que não podem conceber é que os táxis sejam tratados de uma forma e os TVDE de outra. Os TVDE não têm a obrigação de ser visível para o cliente a identificação do condutor, enquanto os táxis têm de ter visível esse documento, têm de ter a licença afixada. Quando se pede um Uber muitas vezes aparece alguém a conduzir o carro que nem sequer está registado na plataforma. Portanto, há falta de regulamentação e falta de exigência para os TVDE, o que faz com que seja o mercado gerido <i>ad hoc</i>, com claro prejuízo para as pessoas e para o setor. É importante as pessoas perceberem que o transporte de passageiros em táxi é um serviço público e que o Governo tem de atuar.➤ Acha inconcebível a falta de igualdade de critérios entre o táxi e o TVDE, designadamente nas tarifas.➤ A proposta de lei <i>sub judice</i> que vai ser discutida no final deste mês é para que finalmente os táxis não devam ficar confinados aos concelhos de registo, o que é uma boa medida do Governo. Frisou que a questão da tarifa municipal tem de ficar definida de uma vez por todas.➤ Deputado Bruno Dias (PCP): Disse que para o Grupo Parlamentar do PCP é preocupante que a proposta de lei sobre o setor do táxi seja apresentada sobre a forma de autorização legislativa,
--	---

Comissão de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação

não sendo debatida na especialidade na Assembleia da República, o que não é positivo.

O que pretendem ver regulamentado

- A ANTRAL está preocupada com algumas medidas da [Proposta de Lei nº 63/XV/1ª \(GOV\)](#) - *Autoriza o Governo a aprovar um novo regime jurídico do serviço público de transporte de passageiros em táxi.*

Respostas às questões dos Deputados:

- Em setembro de 2018 ou 2019 houve uma semana de paralisação na Avenida da Liberdade, altura essa em que foi prometido à ANTRAL a revisão da existência de contingentes nos táxis, o que até não aconteceu. O próprio IMT não sabe quantos TVDE's existem, lembrando que estas plataformas só atuam nos centros urbanos, contrariamente aos táxis, que vão às aldeias mais remotas deste país e daí serem considerados transporte público.
- Disseram que já há uma aplicação que permite a escolha de veículo TVDE ou descaracterizado e o táxi. A lei que neste momento está em vigor permite que as empresas de táxis também possam ter TVDES. Lembrou que este mercado não é equilibrado, salientando a este respeito que enquanto os taxistas têm de fazer 125 horas de formação e de pagar um exame no IMT, os TVDE's têm 50 horas de formação e não têm qualquer exame. O o problema está exatamente aí!
- A ANTRAL mencionou, por último, que uma das grandes questões com que se debate tem a ver com a falta de mão de obra. Enquanto o seu concorrente consegue ir aos táxis buscar motoristas porque o motorista de táxi pode operar com TVDE, o contrário já não se verifica. Portanto, é este tipo de regras que têm de acabar!

Deputado Pedro Coimbra (PS)

Vice-Presidente da Comissão